

---

# COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA NACIONAL

---

*Teresa Bernardino*

---

## COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEFESA NACIONAL

---

Após a realização no Instituto de Defesa Nacional de um Seminário sobre «Comunicação Social e Defesa Nacional», algumas reflexões tornam-se indispensáveis. Em primeiro lugar, no que respeita à Comunicação Social. Campo de vastas implicações políticas, económicas, culturais, tem, em Portugal, um espaço de *pluralismo condicionado*: Pela existência de várias linhas de força condicionantes das opiniões emitidas — cada órgão de comunicação exprime posições ideológicas idênticas; pela coacção psicológica exercida por ideias que o cidadão manifestou anteriormente, pelos leitores (o auditório é monolítico), pelas interpretações abusivas, pelas direcções dos jornais, pelos grupos dominantes na orientação ideológica do respectivo jornal ou emissora.

Concluindo, a opinião pública, facilmente manipulável, depende de uma comunicação social que estimula certos comportamentos e que desmotiva ou rejeita outros.

Tal como a sociedade portuguesa, a Comunicação Social é um sector em crise de identidade. Sendo o sector que melhor pode reflectir a cultura de um povo, a imagem que oferece revela as incertezas, os desencontros, as obsessões da vida mental da nação, feita *palavra viva*. Sociedade em mudança, mentalidade nova a delinear-se confusamente. Eis a realidade em que se inscreve a Comunicação Social escrita e oral. Vive-se, com efeito, o ambiente de uma sociedade que se conhece mal a si própria porque as linhas de rumo que lhe dariam coesão são quase imperceptíveis.

Quais os objectivos em que os Portugueses são solidários? Quais os seus ideais maiores? Serão os partidos, os sindicatos e outras organizações representativas dos seus interesses mais profundos? Na fragmentação social dos tempos de hoje expressou-se a hostilidade, a agressão mútua. Há um sentimento de transgressão generalizada ecoado largamente pelos meios de Comunicação, tais como a televisão ou a rádio, num plano mais imediato.

O oportunismo político de certas figuras gera igualmente um clima pouco propício a uma isenta, imparcial, Comunicação de massas. Os políticos entrevistados (e que se fazem ouvir) são quase sempre os mesmos. Uma crise de

novidade atinge este sector da vida nacional: a insistência com que certas notícias são transmitidas e a omissão de outras têm provocado o progressivo desinteresse do cidadão pela *coisa pública*. O novo adquire um carácter velho à força de tanto ser repetido. Dividida, rotineira, sem especialização profissional, a Comunicação Social apresenta-se com a imagem própria de uma sociedade apagando-se por falta de incentivos para a dinamizarem.

\*

\* \* \*

A problemática da Defesa Nacional insere-se no contexto da Comunicação Social de uma forma ambígua, pouco definida e por isso também perigosa. Quando se fala hoje de Defesa, a expressão tem uma significância mais no âmbito da ordem internacional do que no domínio nacional. Se o mundo está dividido em dois blocos ideologicamente antagónicos, os países que nesse mundo mais vasto se integram concebem de forma pouco clara uma defesa de sentido estritamente nacional. Daí que a expressão defesa nacional tenha uma significação progressivamente limitada. Vários exemplos o demonstram: o Líbano onde uma força intercontinental (Europa-América) desempenha o papel de guardião daquela soberania nacional ameaçada; uma Polónia supervisionada pelas forças armadas fiéis à URSS, onde o Solidariedade tem cada vez mais uma função simbólica; uma Cuba com um chefe político ao serviço do imperialismo soviético ...

O conceito de defesa da nação não pode hoje colocar-se apenas dizendo respeito a cada nação. As nações politicamente próximas associam-se numa defesa conjunta dos seus interesses ou poderão ser sufocadas e submetidas pelas forças minoritárias com ideais políticos divergentes e mesmo antagónicos da Vontade Geral. Com efeito, nos últimos anos deste século acentuou-se a decadência da noção de defesa nacional. E isto não pôde deixar de ser nefasto à individualidade dos povos. Conduzindo as nações a uma dependência cada vez maior do exterior, de um exterior englobante, acentua-se a penetração das grandes potências mundiais nas opções dos países cujo poder económico é débil e que do seu apoio dependem para sobreviver. Mas seria hoje viável promover uma verdadeira política de defesa nacional independente da defesa do Ocidente? Não estará a defesa nacional totalmente limitada por ela? Em que termos se pode, portanto, pôr a questão da existência de uma defesa nacional? Em termos teóricos e/ou em termos práticos? A

integração das forças militares portuguesas na NATO marcou, após uma neutralidade (1939-45), mais fictícia que real, a impossibilidade de uma pequena nação, estrategicamente importante no contexto mundial, se afirmar frente aos grandes blocos planetários. Mas, neste momento, não são apenas as pequenas nações a restringir a sua efectiva independência (político-militar). Facto exemplificante é a aceitação de armamento nuclear em território de grandes países como a Inglaterra ou a Alemanha. Para tornar menos precário o equilíbrio EUA-URRS, a Europa Ocidental recebe tecnologia militar persuasiva daquela primeira potência imperialista. Força que só pode ser posta em funcionamento, apesar de instalada em solo estrangeiro, pela nação americana. Em contrapartida, a URSS ameaça com a instalação de mísseis não menos potentes em todos os oceanos, o que anulará o efeito neutralizante das recentes medidas dos EUA.

Por isto tudo a ideia de defesa nacional é naturalmente atingida e com ela o seu suporte secular: o sentimento patriótico.

No século da conquista de universos desconhecidos previu-se o alargamento do mundo humano a outros espaços. A ideia de pátria com estreita dimensão geográfica e de recursos entendeu-se incomportável com os tempos novos que se avizinhavam. O pequeno país e mesmo a pátria maior começam a ver a sua identidade atrofiando-se em favor da identidade planetária — o interesse do colectivo internacional sobrepõe-se ao colectivo nacional. Deste modo, as nações só possuem hoje importância, ou seja, peso no contexto mundial, na medida em que se integram num conjunto mais vasto. As recentes tomadas de posição de alguns sectores políticos com vista a uma ligação política à Espanha ou à inserção maior num projecto pró-americano sensibilizaram a forte vontade de independência que sempre caracterizou os Portugueses desde os primórdios da sua independência quase milenar. No entanto, a questão não se limita a Portugal. Noutros países vão-se equacionando as mesmas preocupações: a secundarização do culto dos valores nacionais provocou uma desnacionalização cujos efeitos se evidenciam cada vez mais. Para isso contribuiu a difusão de ideologias políticas aniquiladoras (porque as ignoravam) das vontades próprias dos povos. A dar maior dimensão a esse facto surgiu o fantasma da guerra nuclear apocalíptica. Sufocando-se as expressões nacionais que só o patriotismo alimenta, as pátrias de hoje estão carecidas de um reexame dos seus comportamentos presentes à luz da história passada, isto é, da cultura que lhes deu individualidade.

Pelas circunstâncias apontadas, a Defesa Nacional de sentido lato (integração num Bloco), para não ser corrosiva da Defesa Nacional de sentido restrito, tem de se alicerçar num forte sentimento patriótico. Caso contrário, a primeira extinguirá a integridade das nações, diluindo-se em grupos de povos ser coesão por não terem razões para cultivarem a unidade entre si. Para fundamentar a independência nacional é essencial preservar os valores socioculturais de cada povo.

O carácter, as constantes psicológicas, as riquezas linguísticas, as tradições populares, a filosofia de vida serão genérica e sucintamente os factores que podem dar coerência e tornar mais actuaes as políticas nacionais frente aos imperialismos que as obscurecem. As personalidades pátrias impôr-se-ão enquanto os povos souberem e quiserem confrontar-se num diálogo de diferentes e de complementares, de unidade e de diversidade, de criadores e de prossecutores. Sem projectar a sua identidade desenvolvida no exterior das suas fronteiras geográficas, nenhuma nação é verdadeiramente defensora da continuidade da sua independência. Dependentes nos planos económico e político, só resta às pátrias incentivar a individualidade nacional nos planos que é ainda possível salvaguardar. Se as ideias são a razão das acções dos homens há que incrementá-las em cada país de forma a este ganhar a dimensão que merece. Com efeito, quanto maior for a diversidade de relacionamentos externos maior será a possibilidade de defender a identidade nacional. Dificultar os contactos externos com outros povos à custa do medo de ser absorvido só pode ser perigoso para os intervenientes, pois cria clivagens psicológicas deformadoras da realidade dos factos e prejudiciais aos interesses de ambas as partes. Um caso específico é o do difícil relacionamento entre Portugal e Espanha. Com múltiplas afinidades e objectivos não se tem logrado um entendimento político, económico e cultural, sem que uma desconfiança mútua não se entreponha. O contencioso das conversações bilaterais continua sem solução à vista. Mas este lento e pouco proveitoso relacionamento externo estende-se aos recém-independentes países de expressão portuguesa. A desconfiança e uma deficiente política diplomática de Portugal não podem deixar de condicionar as relações entre nações. Quanto ao último aspecto, a situação interna portuguesa, cheia de ambiguidades e interrogações, tem uma evidente responsabilidade. Para um eficaz e profícuo relacionamento internacional é indispensável a solidez das relações entre os próprios habitantes de cada pátria.

Como escrevia, em 1921, Ortega y Gasset, os povos «não convivem para estar juntos, mas para fazerem algo juntos» (1). E fazer algo juntos implica um projecto comum de acção. Assim, ou as nações se afirmam pela conjugação de esforços, tendo em vista fins idênticos, ou soçobram. O sentido nacional e o carácter de povo independente vão-se perdendo lentamente até não terem já ressonância. Ao analisar a Espanha da primeira metade do século XX, Gasset salientava: «É a ideia de fazer grandes coisas que cria a unificação nacional» (2). E mais adiante: «Uma nação é uma ingente comunidade de indivíduos e grupos que contam uns com os outros» (3). Sem o «afinamento da raça», considerava o grande filósofo, «a nação entra em decadência», o que se expressa na desintegração social. Para que esse *afinamento* se concretize, prosseguia, é preciso uma elite dirigente. De outro modo, a decadência engendrará o vazio e a impotência dos povos entregues a si próprios e às suas exaltações anárquicas destruirá as suas Vontades maiores.

Revertendo à questão da Defesa Nacional no contexto português, verifica-se que existe uma deficiente e obliterada consciência do espírito que a deve cimentar. Como foi afirmado pelos próprios jornalistas que participaram no Seminário acima citado, e que ocasionou estas linhas, a Comunicação Social não reflecte senão o que a própria sociedade, em que vivemos, lhe transmite. Na verdade, sem que os cidadãos meditem e teorizem sobre o seu conceito de Defesa Nacional não é possível que a Comunicação Social lhe dê o destaque fundamental à sobrevivência da unidade nacional. Reavivar e reconstruir o pleno sentido do sentimento patriótico, eis a principal tarefa de quem deseja uma *eficaz* Defesa Nacional. E esta só assim será quando for entrevista no duplo sentido que hoje necessariamente possui.

*Teresa Bernardino*

---

(1) O. y Gasset, *España invertebrada*, Rev. do Ocidente, Madrid, 12.ª edição, 1962, p. 33.

(2) *Ibidem*, p. 46.

(3) *Ibidem*, p. 73.